

LINGUAGEM EM FOCO

Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da UECE

V. 8, N. 2, ano 2016 - Volume Temático: *Linguagem e Raça: diálogos possíveis*

LINGUAGEM E IDENTIDADE: O LUGAR DO CORPO NAS PRÁTICAS IDENTITÁRIAS RACIAIS

*Marco Antonio Lima do Bonfim**

RESUMO

O artigo discute a relação entre linguagem e identidades a partir do lugar de corpos em práticas linguísticas raciais. Para tanto, fundamentei-me principalmente na concepção performativa de linguagem e identidade (AUSTIN, 1962; PINTO, 2002, 2007, 2009; SILVA, 2008), nos trabalhos sobre linguagem e questões raciais (MAGALHÃES, 2004; MARTINS, 2004; LANTHAM, 2006) e nos estudos sobre as conexões entre atos de fala, corpo, identidade, gênero e raça (PINTO, 2003, 2006, 2009, 2015; PINTO; AMARAL, 2016). Desta forma, pretendi demonstrar que os estudos linguísticos que lidam com a articulação entre linguagem, identidade e raça devem considerar a relação inevitável entre corpos e textos, abordando as trajetórias de ambos a fim de evidenciar de forma integrada as marcas de diferenças raciais, de gênero e de classe.

Palavras-chave: Ato de fala. Corpo. Identidade. Raça.

ABSTRACT

The article discusses the relationship between language and identities from the place of bodies in racial linguistic practices. For this, I was mainly based on the performative conception of language and identity (AUSTIN, 1962; PINTO, 2002, 2007; SILVA, 2008), in the works on language and racial issues (MAGALHÃES, 2004; MARTINS, 2004; LANTHAM, 2006), and in the studies on the connections between speech acts, body, identity, gender and race (PINTO, 2003, 2006, 2009, 2015; PINTO; AMARAL, 2016). In this way, I wanted to demonstrate that linguistic studies that deal with the articulation among language, identity and race must consider the inevitable relationship between bodies and texts approaching the trajectories of both in order to evidence the marks of racial differences, gender and class of form Integrated.

Keywords: Speech act. Body. Identity. Breed.

* Doutor em Linguística Aplicada pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Estadual do Ceará (PosLA/UECE) e membro do Grupo de Pesquisa Pragmática Cultural, Linguagem e Interdisciplinaridade. E-mail: marcoamando@yahoo.com.br..

INTRODUÇÃO

Há algum tempo que várias pesquisas nas áreas de Linguística Aplicada, Pragmática e Análise do Discurso, partindo da tese da linguagem como ação, desenvolvida pelo filósofo inglês J. L. Austin (1962) em suas instigantes reflexões sobre os atos de fala, vêm discutindo o papel da linguagem na produção de identidades sociais. O termo identidade, principalmente na filosofia, tem uma longa tradição, e no campo da linguagem este termo é visto “como um construto que se transforma, se resignifica continuamente, deslizando em momentos históricos por onde os objetos de estudo se esteiam” (RAJAGOPALAN; MARTINS FERREIRA, 2006, p.8). Na Antropologia, na História e nas Ciências Sociais, o debate sobre identidade, notadamente a partir da segunda metade do século XX, tem suscitado muitas investigações e revelações a respeito de nossa existência social.

No que se refere aos estudos brasileiros linguísticos que relacionam linguagem, identidade e raça, destaco inicialmente a obra organizada por Ferreira, Jovino e Saleh (2014) intitulada *Um olhar interdisciplinar acerca de identidades sociais de raça, gênero e sexualidade* que congrega várias pesquisas relacionando esses três aspectos integrantes de qualquer processo de reivindicação identitária. Entre outras pesquisas, há também a pesquisa desenvolvida por Muniz (2009) sobre a hetero-identificação e a auto-identificação nas políticas identitárias relacionadas a ações afirmativas para a população negra brasileira.

Martins (2004), Magalhães (2004) e Latham (2006) afirmam, com base também em outras discussões na área, que há um racismo discursivo no Brasil, isto é, uma base discursiva que autoriza e legitima a hierarquia na classificação racial em nosso país. Sales Jr. (2006) problematiza o “não dito racista” que se materializa em uma espécie de “racismo cordial” que acontece “por meio do não dito racista (estigmas, piadas, injúrias raciais), [e] faz com que a discriminação social não seja atribuída à ‘raça’ e, caso isso ocorra, a discriminação seja vista como episódica e marginal, subjetiva e idiossincrática” (SALES JR., 2006, p. 232).

Nestas e em outras investigações acerca do racismo e/ou de questões étnico-raciais, o debate sobre a produção linguística de identidades raciais é um dos pontos de partida para a compreensão dos modos de representação social de negros e negras em nosso país. Diante disso, levando em conta a concepção de linguagem e sujeito adotada pela Nova Pragmática (RAJAGOPALAN, 2010; SILVA; ALENCAR; FERREIRA, 2014; ALENCAR, 2014), resolvi elaborar uma reflexão a respeito da relação entre linguagem e identidades a partir do lugar dos corpos em práticas linguísticas raciais, pois concordo com Pinto (2014, p. 2010) quando esta defende a ideia de que “o ato de fala é um ato corporal”, o que me faz atentar para a forma como corpo e linguagem se relacionam nas práticas identitárias que materializam as disputas, as reivindicações de modos de ser racialmente. Ser negro, ser moreno, ser branco, ser mulato etc.: onde, quando e por quê.

Assim, organizei esta reflexão da seguinte maneira: na primeira seção, retomo a teoria dos atos de fala austiniana na sua relação com uma visão performativa de identidade; na segunda, aprofundo a ideia de identidade performativa associando-a ao debate sobre questões raciais; por fim, na terceira seção, apresento e discuto o lugar do corpo nas práticas identitárias raciais a partir de duas pesquisas em Linguística Aplicada.

1 LINGUAGEM E IDENTIDADE: A REFLEXÃO AUSTINIANA SOBRE O PERFORMATIVO E A PRODUÇÃO DE IDENTIDADES SOCIAIS

É de conhecimento de todos/as interessados/as nos estudos linguísticos, principalmente os/as pesquisadores/as ligados/as à Pragmática, a discussão que J. L. Austin (1990 [1962]) empreendeu sobre os enunciados performativos, ou seja, enunciados que operam uma ação. Tal discussão partiu da inquietação de Austin no que se refere à maneira como a linguagem era entendida pelos filósofos e linguistas de sua época¹. Para estes, os processos de significação eram realizados através da correspondência entre as palavras (linguagem) e os objetos que teriam por função apresentar novamente aquilo que já estava construído em algum lugar fora da linguagem, isto é, de refletir a “essência” das coisas (representacionismo linguístico).

Discordando desta postura, Austin (1990 [1962], p. 26) questiona: “Pode o dizer realizar um ato?”. Ou seja, será que para além de *representarmos* algo, nós *fazemos* alguma coisa com palavras? Buscando, portanto, refletir sobre quando dizer é fazer, Austin propõe inicialmente uma distinção entre enunciados que dizem/representam coisas (constatativos) e enunciados que fazem coisas (performativos).

O referido filósofo, a princípio, quis mostrar que ao dizer algo nós não só dizemos, mas fazemos. Por exemplo, o enunciado “volta para Bahia, macaco cotista”, proferido por estudantes do Curso de Engenharia de Pesca da Universidade Federal do Ceará para um estudante negro, baiano e beneficiado pela política de cotas raciais, configura uma ação – uma ofensa racista². Um proferimento como este não descreve um fato, mas o constitui; é a própria ação de discriminação racial³ em andamento, não importa aqui se o enunciado acima é verdadeiro ou falso (como queriam os filósofos logicistas no início do século XX), mas sob que condições esta ação se realiza ou não.

Para estudar as ações executadas pelos enunciados performativos, Austin propõe uma reflexão sobre os atos de fala. Nesta, sustenta que dizer algo é realizar três atos no mesmo enunciado: um ato locucionário – ato **de** “dizer algo” (fonemas, palavras); um ato ilocucionário – realização de uma ação **ao** dizer algo (força exercida pelo ato de dizer algo); e um ato perlocucionário – realização de uma ação **por** dizer algo (consequências/efeitos do dizer). Exemplificando: imaginemos que por ocasião de um assalto um cidadão diga a frase “Cuidado! Ele vai atirar” – este dizer é o ato locucionário; que este cidadão, por meio dessa expressão linguística, faça uma advertência – temos aqui o ato ilocucionário; e que por meio dessa expressão, o sujeito consiga alertar alguém do disparo – eis, então, o ato perlocucionário. Note que “os três atos são realizados por meio da mesma expressão linguística, o que manifesta que não se trata de três atos distintos, mas de três dimensões do mesmo ato de fala” (OLIVEIRA, 2006, p. 160).

¹ Sobre o contexto de atuação deste filósofo da linguagem, Ottoni (1998, p. 21), afirma que “John Langshaw Austin surge no contexto da discussão sobre a linguagem num momento histórico preciso [...] Austin é o porta-voz de todo um processo histórico da filosofia contemporânea [...] o cenário é a discussão sobre a linguagem surgida na Inglaterra pela chamada escola de Oxford; e o momento, as décadas de 1940 e 1950”.

² Para mais detalhes sobre este caso de ofensa racial, ver em: <http://www.cearanews7.com.br/aluno-da-ufc-denuncia-racismo-de-colegas-e-omissao-da-universidade>. Acesso em: 24 nov. 2015.

³ Sales Jr. (2006, p.01) explica que o racismo é um sistema de dominação social baseado nas relações raciais, efetivando-se nas formas de preconceito, da discriminação e da desigualdade racial e conceitua a discriminação racial como o “ato omissivo ou comissivo que tem por objetivo ou efeito produzir desvantagens para um grupo social devido à sua cor, descendência ou origem nacional ou étnica”.

Porém, para que possamos praticar uma ação *na e através* da linguagem, Austin (1990 [1962], p. 30) nos esclarece que “[a]lém do proferimento das palavras chamadas performativas, muitas outras coisas em geral têm que ocorrer de modo adequado para podermos dizer que realizamos, com êxito, a nossa ação”, isto é, para que os atos possam ser executados são necessárias certas condições sociais, uma vez que as ações são executadas na medida em que seguem um conjunto de regras intersubjetivamente estabelecidas e aceitas pelos/as próprios/as usuários/as da linguagem⁴.

Desta forma, Austin conclui que “[...] o performativo realiza uma ação através de um enunciado, que é a realização de um ato de fala [...]” (OTTONI, 1998, p. 36). Após esta “constatação”, podemos dizer que sua argumentação vai caminhando para enfim desaguar em uma “visão performativa da linguagem”, pois se todo ato de fala não só realiza uma ação, como é a própria ação, a distinção proposta por Austin no início de suas conferências⁵ entre enunciados constatativos e performativos que pretendia (diga-se taticamente) distinguir entre dizer e fazer não mais se sustenta. “Pois o constatar [...] é um ato ilocucionário como qualquer outro, de modo que quando se faz uma constatação executa-se um ato ilocucionário semelhante a ameaçar, advertir, protestar, prometer etc. [...]” (OLIVEIRA, 2006, p. 162-163).

Ao problematizar e desconstruir a dicotomia entre dizer e fazer, Austin (1990 [1962]) abre caminhos para investigações que começam a encarar a linguagem como uma prática social. Muitos/as linguistas aplicados/as brasileiros/as (MOITA LOPES, 1998, 2006; SIGNORINI, 1998, 2008; RAJAGOPALAN, 2003, 2006, 2010; FREITAS, 2006; dentre outros/as) motivados/as por essa visão performativa da linguagem têm (desde a década de 1990) se interessado pelas formas como agimos em/nas nossas práticas linguísticas; mais especificamente, têm focalizado nossas existências sociais por meio da linguagem, ou seja, nossas identidades. No que se refere às apropriações da teoria dos atos de fala austiniana no campo da pragmática linguística, autores/as como Pinto (2002, 2009) e Silva (2005, 2008) têm proposto estudos sobre a construção linguística de identidades partindo de uma interpretação alternativa desta teoria. Tais estudos têm mostrado como identidades são realizadas no e através do uso da linguagem.

Na esteira do raciocínio de Hall (2000) no que se refere a este debate sobre linguagem e identidade, dialogamos com o termo identificação, que evidencia a tese de que identidades “são, pois, pontos de apego temporário às posições de sujeito que as práticas discursivas constroem para nós” (HALL, 2000, p.110). Partindo da visão performativa de linguagem, identidades são construções sociais, culturais, linguísticas e históricas. Ao entender que identidades é são construtos e que estas construções se realizam no âmbito da língua(gem), linguistas aplicados/as argumentam que as nossas identidades são negociadas no âmbito da representação, ou como alguns dizem, de uma política de

⁴ Pinto (2007, p. 24) sintetiza bem as condições para a execução de um performativo: “São seis as condições para o funcionamento regular ou ‘feliz’ de um performativo, que podem ser traduzidas livremente como: A.1) a existência de procedimentos convencionais aceitos para anunciar certas palavras por certas pessoas em certas circunstâncias; A.2) pessoas e circunstâncias devem ser apropriadas para o procedimento invocado; B.1) o procedimento deve ser executado corretamente; B.2) e completamente; ϕ .1) os procedimentos devem ser usados por pessoas com certos pensamentos ou sentimentos, ou intenção de conduta; ϕ .2) e tais pessoas devem realmente conduzir-se de acordo com a conduta intencionada. (Austin 1976:14-15)”.

⁵ A chamada “Teoria dos Atos de Fala” teve a sua semente plantada a partir das doze conferências ministradas por Austin na Universidade de Harvard (EUA), em 1955, que foram publicadas postumamente em 1962, com o título *How to Do Things with Words*, traduzido para o português como *Quando dizer é fazer: palavras e ação*.

representação (RAJAGOPALAN, 2003). Para Hall (2000, p. 109), as questões relativas às nossas identidades têm a ver com “‘quem nós podemos nos tornar’, ‘como nós temos sido representados’ e ‘como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios’”. Nesse contexto, a linguagem assume um papel de suma importância na construção de nossas identidades sociais, pois é nas e através de nossas práticas linguísticas que nós nos construímos em relação ao outro e o outro em relação a nós. Numa frase, nossas identidades são construídas performativamente.

2 IDENTIDADES PERFORMATIVAS E QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS

Se nossas identidades se relacionam com a “representação” (construção) que o outro faz da gente e se esse processo é realizado linguisticamente, a partir das consequências produzidas pelo nosso dizer (efeitos perlocucionários), podemos pensar que as nossas identidades são construídas performativamente, isto é, como já disse em outro trabalho (BONFIM, 2015, p. 98, grifos do autor), **“somos sempre efeitos, tanto de nossos como de outros atos de fala, que reiteradamente postulam o que nós estamos sendo”**. Nossas performances identitárias resultam, portanto, dos efeitos perlocucionários de nossas (inter)ações sociais praticadas no dia a dia. Da perspectiva dos atos de fala, “identidades são performativas, ou seja, são efeitos de atos que impulsionam marcações em quadros de comportamentos (fala, escrita, vestimentas, alimentação, cultos, elos parentais, filiações, etc.)” (PINTO, 2002, p.96).

Em outras palavras, atos de fala operam um conjunto de marcadores de diferença social que são constitutivos do processo identitário, tais como: gênero, classe e raça. O ato de fala racista “volta para Bahia, macaco cotista”, assim, mobiliza o marcador raça para produzir a identidade de um sujeito negro de forma a inferiorizá-lo. Percebemos, então, que as noções de sujeito e de identidade caminham juntas quando falamos de representação e ação na linguagem. Desse modo, tratar dos processos de identificação é tratar da forma como nomeamos os outros e como os outros nos nomeiam. Bhabha (2013, p. 84) contribui também neste aspecto quando diz que “a questão da identificação nunca é a afirmação de uma identidade pré-dada [...] é sempre a produção de uma imagem de identidade e a transformação do sujeito ao assumir aquela imagem”.

Se os processos de marcação identitária são realizados por nós através das representações que construímos de nós e dos outros (e destes sobre nós) e estas imagens são articuladas a partir e nos usos que fazemos da linguagem, uma questão vem à tona no que se refere à representação linguística da população negra brasileira e de seus direitos: como a temática racial referente à negros/as tem sido (re)produzida cotidianamente, principalmente na mídia?

No campo dos estudos linguísticos, vários estudos têm buscado responder esta pergunta. Latham (2006), por exemplo, analisou a (re)produção do racismo no pronunciamento de dois senadores brasileiros contra a adoção de cotas para negros nas universidades⁶. A autora, embasada na Análise Crítica do Discurso, concluiu que os referidos senadores, no contexto do debate sobre a aprovação da lei de cotas raciais, utilizaram estratégias discursivas e retóricas construindo para si uma identidade (um *ethos*) que materializou uma posição ambígua e racista.

⁶ As cotas raciais são um sistema proposto através de Políticas Públicas de ações afirmativas para diminuir as desigualdades de acesso a instituições federais de ensino superior entre negros e brancos no Brasil. Mais detalhes, cf. Lei 12.711/12 (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm).

Também pelo viés da Análise Crítica do Discurso, Magalhães (2004) investigou, partindo de teorias sociais sobre raça, a mudança discursiva nos discursos mediados a respeito de raça. Especificamente, a autora focalizou “palavras chave” usadas em reportagens do jornal Folha de São Paulo para se referir à cor de pele (negra(s), negro(os), preto(s) e pardo(os)), às relações lexicais em torno dessas palavras e sua associação com a intertextualidade. A análise demonstrou, por um lado, uma tensão entre termos relativos à cor de pele e à origem cultural destas expressões, bem como uma reprodução do racismo cordial nas reportagens analisadas; e por outro, a análise “sugere que este discurso já não é mais hegemônico, na medida em que outros discursos como o das ações afirmativas começam, gradualmente, a entrar na arena discursiva e a lutar por poder” (MAGALHÃES, 2004, p.55).

Por fim, cito a pesquisa de Martins (2004) que, tendo como base teórica também a Análise Crítica do Discurso, investigou no período de 2002 a 2003 como se constrói o discurso da imprensa brasileira (jornais Folha de São Paulo, Jornal do Brasil e A TARDE) sobre a política de cotas para negros nas universidades. O autor pesquisou sobre como os negros são representados no discurso midiático. As conclusões da investigação apontam para a existência de estratégias discursivas que descaracterizam as cotas como política pública relevante, colaborando para uma representação negativa dos negros na imprensa e, conseqüentemente, para a reprodução do racismo no Brasil.

Diante da exposição destas pesquisas, podemos perceber que no campo dos estudos linguísticos muito do que se produz sobre as relações entre linguagem, identidade e raça está situado na área da Análise Crítica do Discurso. Talvez por conta da preocupação que esta abordagem tem em identificar a significação da linguagem na produção, manutenção e mudança das relações sociais de poder.

O que desejo destacar é que nestas pesquisas as categorias linguagem, identidade e raça são tratadas de maneira imbricada – o que é um aspecto muito importante. No entanto, nenhuma delas demonstrou o papel do corpo na ação linguística, isto é, do corpo como ato de fala (PINTO, 2002). Discutirei na próxima seção que não existem identidades sem corpos e que, por essa razão, ao pesquisarmos as relações entre linguagem e identidades étnico-raciais, deveríamos pensar também a respeito do “lugar do corpo” nestas práticas identitárias linguísticas (PINTO, 2006).

3 O LUGAR DO CORPO NAS PRÁTICAS IDENTITÁRIAS RACIAIS

Nesta seção, parto da reflexão desenvolvida por Pinto (2006) a respeito da relação corpo-linguagem no campo das práticas identitárias. Esta linguista retoma e aprofunda as ideias que outras autoras (BUTLER, 1997, 2001, 2012; FELMAN, 1990, entre outras) têm proposto sobre o lugar do corpo no ato de fala, especificamente na obra de Austin (1990 [1962]). Retomando as conferências ministradas por Austin, que compõem o *How to Do Things with Words*, Pinto (2006) argumenta que na conferência VIII “Atos Locucionários, Ilocucionários e Perlocucionários”, o filósofo inglês explicita os três tipos de atos praticados num ato de fala, inserindo a noção de ato perlocucionário em sua reflexão sobre “como fazer coisas com as palavras”, e separa este último (perlocucionário – equivalente ao *efeito* do dizer sobre o/a interlocutor/a) do ato ilocucionário (*força* exercida pelo ato de dizer algo). O argumento de Austin, de acordo com Pinto (2003), “é que o ato ilocucionário marca sua força **porque** ele é dito, enquanto o ato perlocucionário realiza seu efeito **através** do que é dito” (PINTO, 2003, p.586 – grifos do original). O exemplo mais conhecido de Austin é este:

- (1) Ele me ordenou que atirasse nela. (força ilocucionária)
- (2) Ele me fez atirar nela. (efeito perlocucionário)

Pelo que observamos no exemplo (1), temos que a ordem é realizada **porque** foi dito “Atire nela”; por outro lado, no exemplo (2), temos um ato perlocucionário, uma vez que a ação de atirar nela é realizada **através** de “Atire nela”. Ainda, seguindo a argumentação de Pinto (2003, p.585), “o ato de atirar em alguém envolve corpos”; sendo assim, podemos concluir que o ato perlocucionário realizado pela ação (ordem) de atirar nela exigiria o uso da categoria corpo como parte de seu funcionamento, ou seja, para “compreender o funcionamento da perlocução devo incorporar alguma discussão sobre o funcionamento do corpo nos atos de fala” (PINTO, 2003, p.586).

Mais adiante, na conferência IX “Distinção entre Atos Ilocucionários e Perlocucionários”, Austin pontua as diferenças entre o ilocucionário e o perlocucionário. Para Santos (2007, p. 50), “o mais importante nessa tentativa de Austin em definir ato ilocucionário e ato perlocucionário é a descoberta de que os dois estão relacionados a efeitos, mas em sentidos diferentes”. Por conta dessa ambiguidade, Pinto (2003) afirma que não há distinção entre força e efeito na Teoria dos Atos de Fala, pois, explica a autora, Austin usa o termo “efeito” tanto para o ato perlocucionário como para o ilocucionário. Quer dizer, “efeito” é usado tanto para as “consequências” (efeitos) que devem ser garantidas no ato perlocucionário como para as “produções” que devem ser asseguradas para a felicidade (força) do ato ilocucionário.

Para uma melhor compreensão da categoria corpo na obra de Austin, vamos retomar o exemplo anterior. Ora, se o ilocucionário também produz efeito, poderíamos perguntar se, por exemplo, o ato ilocucionário “Atire nela” ao produzir o ato perlocucionário do movimento do corpo que aciona o gatilho deveria ser investigado levando em conta a materialidade/presença do corpo que produz a ordem que leva outro corpo a executar a ação de atirar em alguém.

Após esta argumentação, podemos afirmar que o ato de fala é também um ato corporal. Sendo assim, sugiro que o debate sobre a construção de identidades sociais seja redimensionado para uma percepção corpórea de sujeito. Noutras palavras, para compreendermos os efeitos das representações linguístico-sociais atribuídas aos negros e às negras brasileiros/as, devemos investigar não apenas a “mudança discursiva” destas representações identitárias, isto é, a circulação de atos de fala, mas também o movimento dos corpos que falam.

O que estou entendendo por corpo aqui não se reduz ao corpo físico (à anatomia), está mais relacionado à produção de performances contínuas de reivindicação identitária materializadas no uso linguístico. Nossos corpos são investidos pelas e nas relações de poder, pois a presença material e simbólica do corpo no dizer (ato de fala) é uma marca que se impõe no efeito linguístico. A marca a que me refiro diz respeito às marcas de diferenças que mencionei no início deste texto. Se atos de fala materializam marcadores de diferenciação de corpos, é possível pensarmos que corpos e textos estão intimamente relacionados (PINTO, 2015) e, desta forma, investigarmos o entrecruzamento entre a circulação de textos e a mobilidade de sujeitos corpóreos.

No campo da Linguística Aplicada, alguns trabalhos (PINTO, 2015; PINTO; AMARAL, 2016) despontam já como exercendo análises linguísticas centradas neste entrecruzamento. Pinto (2015) analisa a circulação do corpo negro no quadro humorístico “Adelaide”, uma personagem (que materializava o corpo mulher negra) do programa da TV Globo *Zorra Total*, que era transmitido aos sábados às 22h. Segundo a autora, a personagem traduzia um corpo que era marcado por estereótipos linguísticos (“50centarru”) e marcadores de diferença raciais que projetavam uma oposição de classe entre ela e a outra pessoa (geralmente branca) com quem ela interagira num metrô em movimento. Entre as observações conclusivas, a linguista nos diz que “Adelaide combina marcas de diferença (raça, gênero, classe, escolaridade) e marcas de diferenciação linguística para produzir a continuidade da história de representação hierarquizante do corpo da mulher negra” (PINTO, 2015, p. 211).

Esta “continuidade da história de representação do corpo mulher negra” faz referência à trajetória de atos de fala que tem (re)produzido a mulher negra como um corpo pobre e sem escolarização. Pinto (2015) observa que há uma relação entre a forma como Tião Macalé (ator negro que representava um palhaço no programa humorístico *Os Trapalhões* também na TV Globo), no fim da década de 1980, performava o lugar do negro como “o palhaço que se estrepa” com a intenção de provocar risos nos telespectadores e a posição performada pela personagem Adelaide, nos idos de 2012. Nas performances de ambos, é possível identificar que

a expressão facial é central como recurso semiótico (maquiada, afetada, exagerada, estereotipada, tendo a boca – lábios e dentes – como caracteres de destaque na construção do estereótipo), o “dialeto negro” estereotipado é invocado metapragmaticamente para indiciar a posição social da personagem, o efeito cômico da performance é frequentemente associado à encenação de uma humilhação da personagem negra (PINTO, 2015, p. 208).

Notem que por essa análise linguística, podemos visualizar, ao mesmo tempo, as implicações sociais do entrecruzamento da mobilidade de textos e corpos no que se refere à (re) produção de identidades para negros e negras no Brasil. Esta abordagem, portanto, lança outro olhar para a relação linguagem/identidade e questões raciais, na medida em que focaliza não apenas a representação identitária, mas a associa a corpos em movimento, corpos socialmente situados no tempo e no espaço.

Outro trabalho pioneiro neste tipo de análise é o de Pinto e Amaral (2016), que investigou marcas de diferenças raciais, nacionais e de gênero na trajetória textual de uma postagem sobre “médicas cubanas” em mídia digital durante os primeiros dias de implementação do Programa Mais Médicos no Brasil, em 2013. As autoras partem de uma série de postagens no *Facebook* que tiveram relação com a notícia publicada (em agosto do mesmo ano) no portal Notícia UOL, intitulada: “Uma jornalista do Rio Grande do Norte afirmou nas redes sociais que as médicas cubanas que chegaram ao Brasil para atuar no Programa Mais Médicos tinham cara de empregadas domésticas e duvidou que elas realmente fossem profissionais de saúde”.

Explorando o entrecruzamento de mobilidade de corpos e textos através de nomeações, expressões dêiticas e comparações, Pinto e Almaral (2016) analisam nessa rede discursiva as marcas de diferença e hierarquia corporal atribuídas ao “corpo mulher negra”. Segundo as autoras, a “circulação desses relatos de corpos e dos textos sobre eles aciona tanto sentidos sedimentados,

‘mulher negra como empregada doméstica’, quanto sentidos imprevisíveis, ‘mulher negra como médicas’, sobre o corpo da ‘mulher negra’” (PINTO; AMARAL, 2016, p.151). O estudo revela, portanto, a existência de lutas por sentido na trajetória de textos e corpos diferenciados por gênero e raça, o que é um dado muito importante para aprofundarmos o nosso olhar sobre os lugares em que o corpo mulher negra tem ocupado socialmente no Brasil, por exemplo.

O excerto abaixo sintetiza as conclusões obtidas através deste estudo:

no material empírico aqui analisado, marcas de diferença (gênero, raça, nacionalidade) transitam entre configurações históricas coloniais (racismo brasileiro, variação escalar regional nordeste/sudeste, nacional/transnacional) e interações contingentes da América Latina contemporânea (médicos cubanos no PMM, migrações qualificadas, racializações diversificadas latinoamericanas) num fluxo que coloca em disputa os sentidos dessas diferenças. Ao mesmo tempo, a trajetória de textos produzidos por/sobre corpos diferenciados por gênero e raça projetam diferentes significados para as disputas de sentidos sobre o que seria um corpo de “mulher negra” (empregada doméstica? médica? jornalista “embranchada”?) (PINTO; AMARAL, 2016, p. 161).

Após estas exposições, penso que a tese de que “trajetórias textuais e situações comunicativas estão sempre articuladas com trajetórias corporais e corpos situados” (PINTO, 2015, p. 217) é bem-vinda para reforçar e aprofundar as pesquisas que lidam com a relação linguagem, identidade e raça, pois se as trajetórias textuais de atos de fala racistas não estão descoladas da trajetória de corpos, urge realizarmos análises linguísticas que integrem estes aspectos constituintes do uso linguístico.

PALAVRAS FINAIS

Iniciei este texto discutindo a visão performativa de linguagem e identidade advinda das reflexões austinianas sobre o ato de fala. Prossegui comentando pesquisas no campo dos estudos linguísticos a respeito da produção de identidades étnico-raciais no Brasil na sua relação com a reprodução do racismo, e por fim, argumentei que o termo identidade deve estar vinculado ao corpo, ou seja, identidades são corpóreas. Todo esse percurso, para demonstrar que investigar as relações entre linguagem e identidade pressupõe também um olhar para a compreensão do lugar dos corpos em nossas práticas identitárias.

A tese de que o ato de fala é também um ato corporal (PINTO, 2002, 2014) abre um leque de possibilidades analíticas no que diz respeito à compreensão dos processos de subjetivação materializados na linguagem, pois revela que, se por um lado não existem identidades sem corpos, por outro, não existem textos sem corpos. Para pesquisas que focalizam as relações entre linguagem, identidade e raça, isso tem algumas implicações positivas.

Primeiramente, este tipo de análise linguística possibilita, a um só tempo, abordar as trajetórias de textos e de corpos, evidenciando a história de ambos, por exemplo, no que diz respeito aos atos de fala que performam os corpos negros/as brasileiros/as. Outro aspecto é o de ter como foco da análise não apenas a representação identitária, mas está associada a corpos em movimento (performance), corpos socialmente situados no tempo e no espaço, demonstrando as singularidades dos percursos sociais de sujeitos situados local ou translocalmente.

E por fim, este modo de relacionar linguagem, identidade e raça potencializa a percepção de estratégias linguísticas e retóricas praticadas por aqueles/as que se alinham às ideias racistas reproduzindo-as, na medida em que esta abordagem combate as formas como mulheres negras e homens negros têm seus corpos construídos de maneira a inferiorizá-las/os. Portanto, conhecer a forma como textos e corpos (negros/as) são construídos linguisticamente em nossa cultura é um imperativo para fortalecer as iniciativas que tem por objetivo o extermínio de práticas racistas em nosso país.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, C. Pragmática Cultural: uma visada antropológica sobre os jogos de linguagem. In: SILVA, D.; ALENCAR, C.; FERREIRA, D. (Orgs.). **Nova Pragmática: modos de fazer**. São Paulo: Cortez, 2014, p.78-100.

AUSTIN, J. **How to do things with words**. Oxford: Clarendon Press, 1962 [**Quando dizer é fazer: palavras e ação** (tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho). Porto Alegre: Artes Médicas, 1990 [1962].

BHABHA, H. **O local da cultura**. Trad. Myriam Ávila et. al. 2. ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2013.

BONFIM, M. Dizendo e fazendo o Sem Terra assentado no MST-CE: rabiscos de uma pragmática etnográfica. **Revista Passagens**, Fortaleza, v. 6, n. 1, p.93-113, 2015.

BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, G. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 151-166.

BUTLER, J. **Excitable speech: a politics of the performative**. New York: Routledge, 1997.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Trad. Renato Aguiar. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

FELMAN, S. **Le scandale du corps parlant**. Paris: Éditions du Seuil, 1980.

FERREIRA, A; JOVINO, I; SALEH, P. (Orgs.). **Um olhar interdisciplinar acerca de identidades sociais de raça, gênero e sexualidade**. Campinas: Pontes, 2014.

FREITAS, A. As identidades do Brasil: buscando as identificações ou afirmando as diferenças? In: RAJAGOPALAN, Kanavillil; FERREIRA, Dina. (Orgs.). **Políticas em linguagem: perspectivas identitárias**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2006, p. 227- 253.

HALL, S. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. T. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 103-129.

LATHAM, E. Apresentação positiva do eu no discurso racista: uma análise crítica do discurso parlamentar sobre a questão da reserva de cotas para negros nas universidades. In: RAJAGOPALAN, K.; MARTINS FERREIRA, D. (Orgs.). **Políticas em linguagem**: perspectivas identitárias. São Paulo: Editora Mackenzie, 2006, p. 255-275.

MAGALHÃES, C. Interdiscursividade e conflito entre discursos sobre raça em reportagens brasileiras. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 4, n. esp., p. 35-60, 2004.

MARTINS, A. **A polêmica construída**: racismo e discurso da imprensa sobre a política de cotas para negros. 2004. 2010f. Tese (Doutorado em Linguística), Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

MOITA LOPES, L. P. (Org.). **Por uma linguística aplicada INdisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

MOITA LOPES, L. P. Discursos de identidade em sala de aula de leitura de L1: a construção da diferença. In: SIGNORINI, Inês (Org.). **Língua(gem) e identidade**: elementos para uma discussão no campo aplicado. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998, p. 303-330.

MUNIZ, K. **Linguagem e identificação**: uma contribuição para o debate sobre ações afirmativas para negros no Brasil. 2009. 204f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem/ IEL, Universidade Estadual de Campinas, Campinas - SP, 2009.

OLIVEIRA, M. **Reviravolta linguístico-pragmática na filosofia contemporânea**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

OTTONI, P. **Visão performativa da linguagem**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

PINTO, J. Algumas lições sobre o corpo. **Atas do II Encontro do Grupo de Estudos Linguísticos do Centro-Oeste**, Brasília, UnB, vol. II, p. 583-588, 2003.

PINTO, J.; AMARAL, D. Corpos em trânsito e trajetórias textuais. **Revista da Anpoll**, Florianópolis, n. 40, p. 151-164, 2016.

PINTO, J. Conexões teóricas entre performatividade, corpo e identidades. **DELTA**, São Paulo, vol. 23, n. 1, 2007.

PINTO, J. De diferenças e hierarquias no quadro *Adelaide* às análises situadas e críticas na Linguística Aplicada. **DELTA**, São Paulo, n. 31, p. 199-221, 2015.

PINTO, J. **Estilizações de gênero em discurso sobre linguagem**. 2002. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem/ IEL, Universidade Estadual de Campinas, Campinas - SP, 2002.

PINTO, J. Linguagem, feminismo e efeitos de corpo. In: SILVA, D.; ALENCAR, C.; FERREIRA, D. (Orgs.). **Nova Pragmática**: modos de fazer. São Paulo: Cortez, 2014, p. 207-230.

PINTO, J. O corpo de uma teoria: marcos contemporâneos sobre os atos de fala. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 33, p. 117-138, jul./dez. 2009.

PINTO, J. O lugar do corpo nas práticas identitárias linguísticas. **Anais do I Seminário Internacional: Enfoques Feministas e o Século XXI: Feminismo e Universidade na América Latina**, UFBA, Salvador, dez. 2005. CD Rom, 2006. p.1-15.

RAJAGOPALAN, K. **Nova Pragmática: fases e feições de um fazer**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

RAJAGOPALAN, K. **Por uma lingüística crítica: linguagem, identidade e a questão ética**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

RAJAGOPALAN, K.; MARTINS FERREIRA, D. (Orgs.). **Políticas em linguagem: perspectivas identitárias**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2006.

SALES JR., R. Democracia racial: o não-dito racista. **Revista Tempo Social**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 229-258, nov. 2006.

SANTOS, K. **Do cientificismo à desconstrução: o (a)s herdeiro (a)s de J. L. Austin e a problemática da teorização sobre a linguagem**. 2007. 125f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2007.

SIGNORINI, I. (Org.). (Des) construindo bordas e fronteiras: letramento e identidade social. In: SIGNORINI, I. (Org.). **Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998, p. 139-171.

SIGNORINI, I. Metapragmáticas da língua em uso: unidades e níveis de análise. In: SIGNORINI, I. (Org.). **Situar a língua[gem]**. São Paulo: Parábola, 2008.

SILVA, D. A questão da identidade em perspectiva pragmática. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 8. n. 1, p. 15-33, 2008.

SILVA, D. **Brahma Kumaris: a construção performativa de identidades de gênero**. Campinas. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem/ IEL, Universidade Estadual de Campinas, Campinas - SP, 2005.

SILVA, D.; ALENCAR, C.; FERREIRA, D. (Orgs.). **Nova Pragmática: modos de fazer**. São Paulo: Cortez, 2014.